

## VIVÊNCIAS NO ESPAÇO ESCOLAR DE ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Diene Monique Carlos\*  
 Maria das Graças Carvalho Ferriani\*\*  
 Marta Angélica Iossi Silva\*\*\*  
 Jessica Totti Leite\*\*\*\*

### RESUMO

Considerando a dificuldade de inserção escolar de adolescentes vítimas de violência doméstica que foram acolhidos em instituições, buscamos conhecer e descrever as vivências desta população no espaço escolar. O estudo consiste em uma pesquisa qualitativa. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e sua análise foi feita pelo método de análise de conteúdo. No primeiro núcleo temático, intitulado *Preconceito*, ficou evidenciado que este é atribuído aos sujeitos do estudo de formas diversas e, muitas vezes, ocultas. Com relação ao próximo núcleo, intitulado *Exclusão*, é percebido que são gerados vários conflitos envolvendo a população estudada dentro do cenário escolar, culminando no fenômeno de exclusão social. A escola deve fazer parte da rede de apoio social e afetivo das crianças e adolescentes, em interação com os demais setores, e se constituir como efetivo fator de proteção, fornecendo recursos para o enfrentamento de eventos negativos presentes na vida destes sujeitos.

**Palavras-chave:** Adolescente. Saúde Escolar. Violência Doméstica.

### INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas a população brasileira sofreu profundas mudanças em sua composição, causadas principalmente pela queda da taxa de fecundidade, redução da mortalidade e aumento da expectativa de vida. A nova configuração evidencia o envelhecimento da população e o aumento significativo de pessoas na faixa etária de 10 a 19 anos. Considera-se este o segmento mais vulnerável aos agravos decorrentes da violência e dos acidentes, que representam a principal causa de morte entre os adolescentes. Em 2008 mais de 15 mil adolescentes foram mortos por esses agravos, o que corresponde a 61% do total de óbitos nessa faixa etária<sup>(1,2)</sup>.

Várias conceituações, concepções e abordagens têm sido produzidas na tentativa de elucidar e situar a problemática da violência contra crianças e adolescentes, em vista de sua magnitude e sua importância como fator de morbimortalidade nesta população. A violência é de conceituação polissêmica e controversa e é

representada por ações realizadas por indivíduos, grupos, classes ou nações que ocasionam danos físicos, emocionais, morais e/ou espirituais a si próprios ou a outros<sup>(3)</sup>. Pelas suas especificidades, apresenta profundos enraizamentos nas estruturas sociais, econômicas e políticas, bem como nas consciências individuais, numa relação dinâmica entre os envolvidos<sup>(4)</sup>.

Crianças e adolescentes sofrem atos violentos nas escolas, nas instituições de acolhimento, nos locais de trabalho e nas ruas. A violência também ocupa um espaço que deveria se configurar como lugar de proteção a crianças e adolescentes: o espaço doméstico.

A violência doméstica contra crianças e adolescentes é interpessoal e intersubjetiva, constitui abuso do poder disciplinar e coercitivo dos pais e responsáveis, reduz a vítima à condição de objeto de maus-tratos, constitui-se como negação dos valores humanos fundamentais e – o mais grave – pode durar meses ou anos, pois, como pertence à esfera do privado, reveste-se de sigilo. É capaz de produzir

\* Enfermeira. Mestre em Saúde Pública. Ribeirão Preto-SP, Brasil. E-mail: diene\_enf@yahoo.com.br

\*\* Enfermeira. Professora do Departamento de Enfermagem da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP-USP). Ribeirão Preto-SP, Brasil. E-mail: caroline@eerp.usp.br

\*\*\* Enfermeira. Doutora. Professora do Departamento de Enfermagem da EERP-USP. Ribeirão Preto-SP, Brasil. E-mail: maiossi@eerp.usp.br

\*\*\*\* Enfermeira. Mestranda em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Enfermagem em Saúde Pública da EERP-USP. Ribeirão Preto-SP, Brasil. E-mail: jessicaleite\_enf@yahoo.com.br

danos físicos, sexuais e/ou psicológicos a esta população, que se encontra em condição peculiar de desenvolvimento<sup>(5,6)</sup>.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA<sup>(7)</sup>, se os direitos da criança e do adolescente forem ameaçados ou violados por qualquer forma de violência, pode-se adotar como medida de proteção à vítima, o abrigo em uma entidade (art. 101, parágrafo VII). Seguindo as novas diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária<sup>(8)</sup>, utilizamos neste trabalho o termo *acolhimento institucional*. Entendemos que esta medida pode promover o rompimento de todas as relações e a perda de vínculos com a família, a comunidade e os demais grupos sociais. Mesmo nos casos em que o acolhimento institucional se constitui em medida provisória e excepcional, este período pode se estender por muitos anos, principalmente em um país como o Brasil, cujo sistema jurídico é deficiente e em que os processos judiciais levam muito tempo para serem solucionados.

Um dos grandes problemas que circundam a esfera do acolhimento institucional de crianças e adolescentes é a inserção destes em nosso meio social. Nesse âmbito lhes é negado um de seus maiores direitos: a educação. Voltando a enfatizar as diretrizes do estatuto, cabe-nos aqui ressaltar o que prevê o ECA, no art. 53, quanto ao direito da criança e do adolescente à educação:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – direito de ser respeitado por seus educadores [...]<sup>(7:19)</sup>.

Entendemos que ter como objeto de estudo as vivências no espaço escolar de adolescentes vítimas de violência doméstica e acolhidos institucionalmente nos permitirá promover uma melhor qualidade de vida e de saúde. Mais do que nos determos na recuperação de doenças e do mal-estar emocional, objetivamos retomar o debate sobre o referencial da prevenção aos

agravos e da promoção da saúde, especialmente durante a infância e adolescência, períodos nos quais os indivíduos geralmente se encontram mais vulneráveis e, por isso mesmo, atitudes e ações farão a diferença ao longo de sua existência<sup>(6)</sup>.

Diante do exposto, o objetivo deste estudo foi conhecer e descrever as vivências no espaço escolar de adolescentes do município de Ribeirão Preto-SP que, por terem sido vítimas de violência doméstica, foram acolhidos em uma instituição especializada no atendimento desta população.

## METODOLOGIA

Para o delineamento de nossa pesquisa adotamos a abordagem qualitativa, a qual

se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam<sup>(9:57)</sup>.

Entendemos que nosso objeto de estudo não pode ser reduzido à operacionalização de variáveis, pois corresponde a um espaço mais profundo nas relações e processos, trabalhando com um amplo universo de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes.

Para a coleta dos dados elegemos como instrumentos a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada, a qual se inicia com questionamentos básicos interessantes para o pesquisador para aproximação do objeto de estudo e é guiada por um roteiro de questões norteadoras, podendo as falas dos entrevistados gerar novas hipóteses<sup>(9)</sup>.

A presente pesquisa teve como sujeitos nove adolescentes da faixa etária de dez a dezenove anos que foram vítimas de violência doméstica e por isso foram acolhidos em uma instituição de Ribeirão Preto-SP, especializada no atendimento desta população. Não se buscou uma amostra de grande representatividade numérica, e sim, o aprofundamento da temática e a capacidade de refletir a totalidade do fenômeno nas suas múltiplas dimensões, possibilitando a generalização dos conceitos teóricos que se quer testar, pois se esteve preocupado menos com a generalização e mais

com o aprofundamento e abrangência da compressão do grupo pesquisado<sup>(9)</sup>.

A instituição estudada possui gestão municipal, estando ligada à Secretaria da Cidadania e Desenvolvimento Social. Tem como objetivo principal proporcionar o acolhimento às crianças e aos adolescentes vítimas de violência doméstica, procurando desenvolver o atendimento integral às suas necessidades e preservar a sua identidade e história de vida. Para preservar o anonimato dos adolescentes e da instituição chamaremos esta última de VIDA.

Para garantir o anonimato dos relatos, identificamos as entrevistas dos adolescentes com a letra E, representando entrevista, e as entrevistas foram numeradas de acordo com a sequência em que foram realizadas. Procedemos também a uma breve observação dos documentos destes adolescentes presentes na instituição, os quais ofereceram dados complementares aos depoimentos.

As entrevistas foram aplicadas pela própria pesquisadora nos meses de julho, agosto e setembro de 2007. Cada uma delas durou de dez a quinze minutos. O instrumento foi testado previamente com os adolescentes.

Este estudo faz parte do projeto temático “A Criança e o Adolescente Alvos de Atos Violentos ou Vítimas Potenciais da Violência” (protocolo número 0120/2000) e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo em 16 de fevereiro de 2005. Para o desenvolvimento do trabalho foi solicitada a autorização dos coordenadores da instituição, que legalmente são responsáveis pelas crianças e adolescentes ali acolhidos. Apenas foram usadas neste trabalho as entrevistas devidamente autorizadas mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos coordenadores, em conformidade com a Resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde. Os adolescentes participaram voluntariamente, após terem sido informados sobre os objetivos do estudo e assinado o mesmo termo.

Os dados coletados foram analisados segundo o método de análise de conteúdo, modalidade temática, por ser esta uma técnica que analisa com maior rigor o vasto campo das

comunicações. Para a operacionalização desta proposta seguimos os seguintes passos: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e interpretação<sup>(9)</sup>.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o processo de organização do material coletado nas entrevistas e de leituras exaustivas deste material, emergiram, com base na abordagem teórico-metodológica, dois núcleos temáticos: Preconceito e Exclusão.

### Preconceito

Este núcleo está intimamente relacionado com a maneira como os adolescentes oriundos da instituição VIDA são tratados pelos colegas e professores na escola. Emerge fortemente o preconceito dos colegas de escola em relação aos sujeitos desse estudo. Nas falas dos entrevistados é possível apreender a dificuldade de compreensão dos colegas sobre a função e papel da instituição na vida destes adolescentes, como se lê abaixo:

Eles (os colegas) zoam bastante [...] É que na verdade eles pensam que o VIDA é lugar pra marginal, mas não é. Porque VIDA significa Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vitimizados. (E5)

Falam que eu moro na FEBEM, xingam minha mãe. (E7)

De acordo com a literatura, o preconceito é um construto histórico há muito tempo alguns estudos, porém possui um caráter permanentemente atual. Nas primeiras obras sobre o termo este foi definido como um

sentimento de antipatia que tem base numa generalização errada e inflexível, podendo ser só sentido ou abertamente expresso, e que pode ser dirigido a um grupo como um todo ou a um indivíduo por ser membro de tal grupo<sup>(10,490)</sup>.

Em olhares contemporâneos, o preconceito é percebido como fruto do meio social, situado no contexto das relações intergrupais e dos processos políticos<sup>(10,11)</sup>.

O preconceito, segundo a psicologia social, apresenta-se como uma ideia ou opinião prévia e negativa sobre um indivíduo, grupo ou assunto, sem conhecimento e a necessária reflexão<sup>(10)</sup>. Entendemos que este julgamento preconcebido

leva a um comportamento específico contra a pessoa ou fato em questão, geralmente produzindo a estigmatização, discriminação, violência e exclusão. Observamos nas falas dos sujeitos que não apenas os adolescentes acolhidos em instituições como medida de proteção, mas também aqueles com vivências de rua, infratores, com passagens por órgãos como a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), são ou podem ser vistos como diferentes, inferiores ou problemáticos:

Único problema é por igualdades com os professores, porque eles acham que você mora em favela e eles vem, tipo assim, alguém que mora em favela eles tratam de outra maneira. (E2)

Só não me davam muita atenção [...] (E4)

Eu acho que eles só davam oportunidades pros outros [...] (E5)

Em algumas situações o preconceito pode aparecer disfarçado em comportamentos afetuosos, mostrando-se demasiadamente sutil e se capilarizando pelas relações sociais permeadas por carinho e aceitação<sup>(12)</sup>. Podemos observar estas atitudes nas falas abaixo:

[...] só minha professora de Português que me trata melhor, acho que por pena... ela conversa bastante comigo, me ajuda muito [...] (E8)

Tem uma professora lá que é legal comigo, conversa comigo, defende eu [...] ela fala – fica quieto no seu canto, não liga pra eles senão você vai acabar brigando e vai tomar outra advertência [...] (E1)

Entendemos que o sentimento exposto – de “compaixão” ou “pena” de crianças vítimas de violência e possivelmente vítimas também de abandono – pode ser analisado como proveniente de uma catarse social que procura reparar coletivamente um dano ou resolver carências de determinadas culturas. Este fato, contraditoriamente ao esperado, pode atingir drasticamente a autoestima e a condição social dos sujeitos<sup>(12)</sup>.

Destacamos também o preconceito relatado contra as famílias desses adolescentes:

[...] Porque a menina falava que eu não tinha pai, aí ficava falando que meu padrasto era negão, e ficava falando que minha mãe era uma rombada [...] (E6)

Falam um monte de coisa, que eu sou filho “daquilo”, minha mãe é “aquilo”. (E7)

Estas falas, entre outros relatos presentes durante a pesquisa, remetem-nos à busca de referenciais que elucidem outra discussão – os sentidos da desfiliação para crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e que foram acolhidos em instituições. É preciso considerar que, subjetivamente, o acolhimento institucional de uma criança ou adolescente poderá ser interpretado por ele sob forte pressão dos sentimentos de amor e ódio, decorrentes tanto dos vínculos estabelecidos com as figuras parentais como de suas reações diante de situações de sofrimento. Dessa forma, ele tenderá a enxergar os fatos que circundam sua situação como decorrentes da vontade de pessoas que compõem sua história, e não de uma lei propriamente dita que pudesse ultrapassar a vontade pessoal e, inclusive, protegê-lo da violência<sup>(13)</sup>.

Enfim, a criança ou adolescente encaminhado para instituições de acolhimento inicia sua experiência de expatriado. Perde uma filiação anterior, qualquer que seja, e não receberá outra que possa servir de âncora para seu posicionamento e direcionamento no mundo. Estas instituições se colocam como um lugar de passagem, e mesmo que as crianças e adolescentes permaneçam nelas por um longo tempo, dificilmente as reconhecerão como espaço de pertencimento, pelos estigmas que pesam sobre os indivíduos, como expressa a seguinte adolescente:

Aí meu apelido nem era mais “Verruguinha”, mas “Verruguinha do VIDA”[...] (E5)

A criança ou o adolescente fica neste trânsito, inicialmente passando por uma situação de vulnerabilidade física, psicológica e social, imputada sob a forma da violência sofrida em família; posteriormente é encaminhada a um abrigo desconhecido, com pessoas totalmente desconhecidas, onde, conforme se falou acima, não encontra redes de apoio para se estruturar e continuar seu processo de desenvolvimento, perpetuando ali seu processo de desfiliação; e assim permanece grande parte de crianças e adolescentes durante todo o curso de sua existência, num círculo vicioso de vulnerabilidade e desfiliação.

Estes adolescentes, uma vez excluídos das instituições tradicionais, como a família e a escola, buscam outras formas de inclusão e filiação, mesmo que estas não lhes tragam benefícios. Muitos adolescentes de nosso estudo se sentem incluídos nos grupos do VIDA, nos grupos que possuem vivência de rua, nos grupos que já frequentaram a Fundação CASA e em outros. Estas noções corroboram os resultados de um estudo desenvolvido que analisa os agrupamentos produzidos pelos chamados “adolescentes em conflito com a lei”<sup>(14)</sup>. A autora do desse estudo cita que os grupos que se formam entre esses adolescentes, irmanados em torno de estratégias de sobrevivência que constroem nessa condição de vida, configuram “lugares de filiação”. Segundo este trabalho,

esses lugares de filiação apesar de estremecidos pela loucura, pelo uso das drogas e pelo desemprego, ainda são lugares em que esses sujeitos estão territorializados e, muitas vezes, ainda são porto-seguros<sup>(14:78)</sup>.

### Exclusão

Este núcleo traz situações e fatores que permeiam o cotidiano escolar dos adolescentes estudados. A educação constitui um dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, devendo ser assegurado pelo Poder Público, o qual é encarregado de fornecer as condições necessárias à sua efetivação, visando ao seu pleno desenvolvimento como pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho<sup>(7)</sup>. A integração e efetiva inserção escolar de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e acolhidos em instituições especializadas, ou mesmo de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social e econômica, ainda estão longe de ser realidade. Vários são os problemas e dicotomias que ainda circundam esta esfera.

Conforme citado no núcleo anterior, por causa dos conflitos gerados no ambiente escolar e, especialmente, do preconceito percebido pelos sujeitos da pesquisa, o relacionamento com os pares é dificultado. Esta questão parece ser um importante fator que impede a inserção escolar efetiva de adolescentes vítimas de violência doméstica e inseridos em instituições de acolhimento.

Estes conflitos gerados no espaço escolar se refletem em violência física por parte desses adolescentes:

Quando o moleque às vezes xinga eu bato neles. (E2)

[...] Quando eu entrava na escola, eu batia em todo mundo. (E9)

A violência doméstica experienciada por crianças e adolescentes pode deixar marcas no campo afetivo que os levam a acreditar que não existe outra forma de viver diferente da que eles experimentaram em casa, e que a resolução de conflitos apenas se realiza a partir de relacionamentos violentos<sup>(15)</sup>. Estas experiências traumáticas podem gerar

um profundo sentimento de solidão, abandono, insignificância para si e para o outro, o que leva à repetição de atitudes que ficaram registradas no consciente e inconsciente, decorrendo, assim, uma desestrutura psicológica às vezes irreversível<sup>(15:236)</sup>.

Eles podem acreditar que no cotidiano apenas sobrevivem os mais fortes, ou aquele que se impõem à vontade dos outros por meio de atos violentos<sup>(16)</sup>.

O relacionamento conflituoso entre os sujeitos da pesquisa e seus colegas prejudica o rendimento escolar dos adolescentes, principalmente sob a forma de expulsão ou advertência, ou mesmo por falta de interesse pelos assuntos escolares. Existem relatos de adolescentes que permaneceram alguns períodos sem frequentar a escola pelo fato de as autoridades responsáveis pelo VIDA não encontrarem unidades que aceitassem adolescentes provenientes dessa instituição:

Fiquei sem estudar porque não tinham arrumado escola ainda [...] (E8)

Segundo informações contidas no prontuário de um desses adolescentes, notamos que a escola atualmente frequentada por ele foi a terceira em que se tentou inseri-lo no ensino regular no ano de 2007, e em todos os locais a fala é a mesma: há dificuldade em receber o adolescente devido aos seus problemas de comportamento. Além disso, cita-se que foram feitas várias estratégias para que este adolescente frequentasse a escola, como encaminhamento progressivo às aulas com uma funcionária do VIDA, métodos

diferenciados para alfabetizá-lo e mudança do local das atividades.

Os problemas vivenciados pelos sujeitos do estudo no espaço escolar e a inabilidade da própria escola em acolher estes adolescentes podem resultar no abandono escolar. Este fato, por todas as implicações que apresenta, como a relação existente entre baixa escolaridade e dificuldades em ingressar no mercado de trabalho, pode levar à exclusão social. A exclusão social tem sido objeto frequente de debates entre os cientistas e outros intelectuais, em virtude da pobreza e da miséria cada vez mais visíveis em nosso país. A ideia de exclusão social assinala um estado de carência ou privação material, de segregação, de discriminação, de vulnerabilidade em alguma esfera. À exclusão associa-se um processo de desvinculação socioespacial. O excluído não escolhe a sua condição, esta se dá numa evolução temporal, como resultado das mudanças na sociedade como, por exemplo, as crises econômicas<sup>(16)</sup>.

Muitos adolescentes evidenciam em seus relatos uma repulsa ao ambiente escolar, conforme expressam as falas abaixo:

Porque não gostava de lá, aliás eu não gosto de escola nenhuma. (E4)

Este “não gostar da escola” ou o “não gostar de estudar” culmina na verdade em uma realidade já citada anteriormente: antes mesmo de estes adolescentes serem incluídos no espaço escolar eles já eram excluídos da escola, e se defendem desta problemática “repudiando” ou negando essa instituição.

Somando-se a estes conflitos, emerge a ação dos problemas físicos e/ou psicológicos apresentados pelos adolescentes como agravantes para a evasão escolar:

Porque eu não tava enxergando direito na lousa, e não tinha como aprender. (E6)

Eu não conseguia acompanhar porque eu sentia muito sono [...] o médico fala que é normal [...] (E5)

De acordo com observação documental, um dos adolescentes, ante o baixo desempenho escolar e a dificuldade em inserir-se no espaço escolar, passou a apresentar um quadro psicossomático caracterizado por vômito emocional, agressividade e atitudes violentas

contra os colegas e professores. As consequências da violência doméstica, geralmente de médio e longo prazos, são de difícil identificação. A gama de consequências da violência emocional, física e sexual vivenciada continuamente é vasta: distúrbios psicossomáticos gastrointestinais crônicos e remitentes, ou dores abdominais inespecíficas; repercussões psicoemocionais, como a ansiedade ou a depressão; dificuldade de relacionamento e comportamento, manifestada por agressividade, timidez, isolamento social progressivo e distúrbios do sono e do apetite; ou ainda, problemas na esfera de atividades, como, por exemplo, a baixa *performance* social e intelectual<sup>(17)</sup>.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando nosso caminhar neste estudo e voltando ao nosso objetivo, que foi conhecer e descrever as vivências escolares de adolescentes vítimas de violência doméstica e acolhidos institucionalmente, percebemos que estas vivências são permeadas por relações em que emerge o preconceito e, como consequência parcial deste, o abandono escolar. Em algumas situações o abandono escolar se coloca como importante fator de risco para a exclusão social.

Crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e que foram acolhidos institucionalmente precisam interagir efetivamente com pessoas, objetos, símbolos e com um mundo externo acolhedor. Assim, o abrigo precisa fazer parte da rede de apoio social e afetivo, fornecendo recursos para o enfrentamento de eventos negativos advindos tanto de suas famílias quanto do mundo externo, modelos identificatórios positivos, segurança e proteção. A escola também adquire especial importância no sentido de compreender e acolher crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e provenientes de abrigos. Além disso, atua como uma instituição produtora de saberes, e neste aspecto possui o dever de minimizar os preconceitos contra esses sujeitos, ainda tão presentes no cenário escolar. Infelizmente a escola, observada por estes ângulos, está muito longe de atuar como uma instituição de proteção da infância e da adolescência, apesar de ter em mãos todas as tecnologias necessárias para isto.

Uma maior conexão deve existir entre as instituições de acolhimento de crianças e adolescentes e demais instituições de nosso meio social – escolas, instituições de saúde e de assistência social e a própria comunidade. Devemos olhar a violência doméstica como um problema multidisciplinar, requerendo estreita cooperação de uma ampla gama de diferentes profissionais com diferentes tarefas e atuantes em diferentes áreas de atendimento a crianças e

adolescentes. Novos olhares e a busca de elementos inovadores para o estudo da infância e adolescência, temática relevante para a enfermagem e saúde coletiva, possibilitam o reconhecimento do valor da saúde e do desenvolvimento desta população, além de colaborarem para o estabelecimento de políticas públicas e ações que envolvam e atendam essa população.

---

## SCHOOL EXPERIENCES FOR INSTITUTIONALIZED ADOLESCENTS VICTIMS OF DOMESTIC VIOLENCE

### ABSTRACT

Considering the difficulties of having institutionalized adolescents victims of domestic violence included in the school system, the objective of this study was to know and describe this population's experiences in the referred scenario. This is a qualitative research, with data collected through semi-structured interviews and data analysis based on the content analysis. In the first theme group named *Prejudice*, it was evidenced that for the subjects of the study prejudice comes in various and different types. In the second theme group named *Exclusion*, it was noticed that, there are several problems with this population at the school which culminated in social exclusion. The school should, together with other institutions, give some social and affective support, in order to provide resources for these children and adolescents to cope with the negative events in their lives and to be an effective protection factor.

**Keywords:** Adolescent. School Health. Domestic Violence.

---

## VIVENCIAS EN EL ESPACIO ESCOLAR DE ADOLESCENTES VÍCTIMAS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA EN ACOGIDA INSTITUCIONAL

### RESUMEN

Considerando la dificultad de inserción escolar de adolescentes víctimas de la violencia doméstica que fueron acogidos en instituciones, buscamos conocer y describir las vivencias de esta población en el espacio escolar. El estudio consiste en una pesquisa cualitativa, teniendo la colecta de datos realizada por medio de entrevistas semiestructuradas y el análisis fue hecho a partir del método de análisis de contenido. En el primer núcleo temático, con el título *Prejuicio*, se quedó evidenciado que éste es atribuido a los sujetos de ese estudio de formas diversas y, muchas veces, ocultas. Con relación al próximo núcleo, con el título *Exclusión*, se nota que varios conflictos son generados involucrando la población estudiada dentro del escenario escolar, culminando en el fenómeno de la exclusión social. La escuela debe hacer parte de la red de apoyo social y afectivo de los niños y adolescentes, en interacción con los demás sectores, construyéndose como efectivo factor de protección, proporcionando recursos para el enfrentamiento de eventos negativos presentes en la vida de esos sujetos.

**Palabras Clave:** Adolescente. Salud Escolar. Violencia Doméstica.

---

## REFERÊNCIAS

1. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico [Internet]. 2000; Censo Demográfico 1970. [citado 2008 abr 20]. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default\\_censo\\_2000.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm).
2. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS. Informações de Saúde – Estatísticas vitais – Óbitos por causas externas – dados preliminares. [acesso 2010 maio 20]. 2008. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defhtmx.exe?simp/cnv/ext>.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM n. 737, de 16 maio de 2001. Aprova a política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências. Diário Oficial União. Brasília (DF), 18 maio 2001; n. 96, seção 1E.
4. Minayo MCS, Souza ER, coordenadores. Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. 8ª ed. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003.
5. Azevedo MA. Contribuições brasileiras à prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes. In: Westphal MF, organizadora. Violência e Criança. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2002. p. 125-135.
6. Assis GG, Pesce RP, Avanci JQ. Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes. Porto Alegre: Artmed; 2006.
7. Ministério da Saúde. Estatuto da Criança e do Adolescente. 3ª ed. Brasília (DF); 2008.
8. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Especial de Direitos Humanos. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de

Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília (DF); 2006.

9. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11ª ed. São Paulo: Hucitec; 2008.

10. Fernandes S, Da Costa J, Camino L, Mendoza R. Valores psicossociais e orientação à dominância social: um estudo acerca do preconceito. *Psicol Reflex Crit*. 2007; 20(3):490-8.

11. Antunes DC, Zuin AAS. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. *Psicol Soc*. 2008;20(1):33-42.

12. Bandeira L, Batista AS. Preconceito e discriminação como expressões de violência. *Rev Estud Fem*. 2002;10(1):119-41.

13. Parreira SMCP, Justo JS. A criança abrigada: considerações acerca do sentido da filiação. *Psicol estud*. 2005;10(2):175-180.

14. Cruz SP. Quando a condição de existência condena e estilos de vida se tornam perigosos. In: França S, organizador. *Estratégias de controle social*. São Paulo: Arte & Ciência; 2004. p. 69-99

15. Oliveira N, Medeiros M, Munari D. Aspectos da auto-estima de crianças e adolescentes em situação de rua: reflexões para o cuidado em enfermagem. *Ciênc Cuid Saúde*. 2004;3(3):233-42.

16. Feijo MC, Assis SG. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. *Estud psicol*. 2004;9(1):157-66.

17. Cocco M, Silva E, Jahn A, Poll A. Violência contra crianças e adolescentes: estratégias de cuidado adotadas por profissionais de saúde. *Ciênc. Cuid. Saúde*. 2010;9(2):292-300.

---

**Endereço para correspondência:** Diene Monique Carlos. Av. Dr. Lauro Correa da Silva, 3805, Casa 39, Vila do Sol, CEP: 13481-631, Limeira, São Paulo.

**Data de recebimento:** 05/01/2011

**Data de aprovação:** 22/06/2011